

**HABEAS CORPUS Nº 563.440 - SP (2020/0045930-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ALEXANDRA PINHEIRO DE CASTRO - SP291702  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : PAULO GOMES PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PENAL. RECEPÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. NÃO ADMISSÃO DA ORIGEM ILÍCITA DO BEM. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PAULO GOMES PEREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação Criminal n.º 1500645-82.2019.8.26.0228.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado às penas de 01 (um) ano, 06 (seis) meses e 22 (vinte e dois) dias de reclusão e 15 (quinze) dias-multa, como incurso no art. 180, *caput*, do Código Penal, porque, "*em horário e local não apurados, nesta cidade e comarca de São Paulo, adquiriu e conduziu, em proveito próprio, coisa que sabia ser produto de crime, consistente no veículo VW/Gol GL, ano/modelo 1991, ostentando emplacamento adulterado BKG-8749/São Paulo, pertencente a Valdir dos Santos, vítima de furto, ocorrido no dia 23 de novembro de 2018, registrado via Copom*" (fl. 48).

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente provido pela Corte de origem, a fim de reduzir as penas do Acusado para **01 (um) ano, 05 (cinco) meses e 05 (cinco) dias de reclusão e 14 (quatorze) dias-multa**.

Nas razões do *writ*, alega-se, em síntese, que deve ser reconhecida a atenuante da confissão espontânea e compensada com a agravante da reincidência.

Pede-se, em liminar e no mérito, "*seja determinada a redução da pena do paciente, com a atenuação da pena em razão da confissão espontânea (artigo 65, III,*

'd', do CP) e da aplicação da súm. 545, do STJ" (fl. 07).

O pedido liminar foi indeferido nos termos da decisão de fls. 74-75.

Por estarem os autos devidamente instruídos, foram dispensadas as informações do Órgão Jurisdicional Impetrado.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 81-84, opinando pelo não conhecimento da impetração, mas pela concessão da ordem, de ofício.

É o relatório. Decido.

A ordem não deve ser concedida.

No caso, o Juízo sentenciante, referendado pelo Tribunal *a quo*, consignou, *in verbis* (fl. 51; sem grifos no original):

*"Não há que se falar em confissão espontânea, porquanto o réu não admitiu, de forma clara, que sabia da origem ilícita do veículo.*

*Com efeito, observa-se que ele apenas admitiu ter comprado o veículo ciente de que o mesmo não possuía documentação, mas não disse diretamente que tinha ciência da origem espúria do bem."*

O referido entendimento encontra-se em consonância com a orientação desta Corte Superior de Justiça, segundo a qual, *"No que tange ao delito de receptação, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'se em momento algum o paciente reconheceu que sabia que os bens revendidos tinham origem ilícita, não há que se falar em confissão e, pois, em incidência da atenuante prevista na alínea 'd' do inciso III do art. 65 do Código Penal' (HC 233.970/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 8/5/2012, DJe 17/5/2012)" (HC 464.010/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 02/10/2018).*

No mesmo sentido:

**"HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E RECEPTAÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. (I) PENA-BASE DO CRIME DE RECEPTAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. II) CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. (III) TERCEIRA ETAPA DO CÁLCULO DA SANÇÃO DO CRIME DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 443 DA SÚMULA DESTA CORTE.**

*1. Na esteira da orientação jurisprudencial desta Corte, por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade,*

constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório.

2. Na espécie, o magistrado sentenciante não teceu nenhuma consideração acerca das circunstâncias concretas em que praticado o crime de receptação, aumentando a reprimenda básica do referido delito tendo em vista apenas elementos inerentes ao crime de roubo circunstanciado.

3. Entretanto, da leitura da sentença condenatória e do acórdão local, observa-se que as circunstâncias judiciais não eram comuns aos delitos de roubo circunstanciado e de receptação. Sendo assim, mostra-se carente de fundamentação o aumento da reprimenda básica do crime previsto no art. 180, caput, do Código Penal. Precedentes.

4. **Relativamente ao crime de receptação, a orientação desta Casa firmou-se no sentido de que, 'se em momento algum o paciente reconheceu que sabia que os bens revendidos tinham origem ilícita, não há que se falar em confissão e, pois, em incidência da atenuante prevista na alínea 'd' do inciso III do art. 65 do Código Penal' (HC 233.970/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 17/5/2012).**

5. No caso, no tocante ao crime de receptação, o paciente apenas esclareceu que a arma usada durante a prática do delito de roubo circunstanciado fora recebida como pagamento de dívida contraída com indivíduo não identificado, não reconhecendo em momento algum o conhecimento acerca da origem ilícita do bem. 6. O Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento de que 'O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes' (Súmula 443/STJ).

[...]

8. *Ordem parcialmente concedida para, no tocante ao paciente AIRTON MOURA SOARES, estabelecer a pena-base do crime de receptação no mínimo legal e, em relação a ambos os pacientes, aplicar a fração mínima de aumento, na terceira fase da dosimetria da pena do crime de roubo circunstanciado, e, assim, reduzir a pena definitiva aplicada ao paciente AIRTON MOURA SOARES a 6 (seis) anos, 11 (onze) meses e 3 (três) dias de reclusão, mais 24 (vinte e quatro) dias-multa, e a de ALAN ARMSTRONG DE OLIVEIRA CIRILO a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 3 (três) dias de reclusão, mais o pagamento de 14 (quatorze) dias-multa, nos termos acima referidos, mantido, no mais, o acórdão estadual."* (HC 339.549/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 09/10/2017; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora